

Movimento operário, cordões industriais e poder popular: experiência e consciência de classe durante a Unidade Popular¹

Mariano Vega Jara

Mestre em História pela Universidad de Santiago de Chile

Movimento operário, cordões industriais e poder popular: experiência e consciência de classe durante a Unidade Popular

Resumo: Os estudos e análises feitos pela esquerda sobre a Unidade Popular concentraram sua atenção na superestrutura, silenciando a ação coletiva ou direta das classes populares e seus movimentos sociais. O processo revolucionário chileno enfrentaria uma dicotomia entre o “reformismo por cima”, impulsionado pelo governo de Allende, e a “revolução por baixo” dos movimentos sociais. O movimento operário adquiriria uma importância fundamental ao ser considerado o sujeito histórico da revolução, mais ainda com o desenvolvimento dos cordões industriais. Estes se tornaram organismos de classe para o desenvolvimento da militância de esquerda, e o centrismo ajudaria a gerar uma consciência contraditória na classe trabalhadora, parte do fracasso da “revolução por baixo”.

Palavras-chave: Classe operária; Frente Popular; Chile

Labor movement, industrial belts and people's power: experience and class consciousness during the Popular Unity

Abstract: The studies and analysis of the Popular Unity made by the left have turned their attention to the superstructure, silencing the direct or collective action of the working classes and their social movements. The Chilean revolutionary process would face a dichotomy between “reformism from above” driven by the Allende government and the “revolution from below” of the social movements. The labor movement would acquire a fundamental importance when considered as the historical subject of the revolution, even more with the development of the *cordones industriales* (industrial belts). These bodies became the class organs for the development of the left militancy, while centrism help generate a contradictory consciousness in the working class, part of the failure of the “revolution from below”.

Keywords: Working class; Popular Front; Chile

O presente ensaio engloba um olhar crítico para o nosso passado recente, abordando-o através dos movimentos sociais, principais atores durante o processo da Unidade Popular no Chile. Até agora se sobressaem os estudos superestruturais, que analisam o conflito político “de cima”, seja o Estado, o regime, o governo ou os partidos políticos, silenciando o olhar “de baixo” dos movimentos sociais. A estes, não é dada historicidade própria, mas são considerados como meros transmissores de linhas políticas ou *massas-rebanho* da própria superestrutura, tendo como tese a polarização do centro político como a causa da tragédia chilena.¹

O desafio é demonstrar que houve uma “revolta por baixo”, sendo este o principal motivo que levou à desarticulação deste processo, que objetivamente poderia derivar em uma revolução. Neste sentido, discordamos de Winn quando argumenta que houve uma “revolução

1 Três obras que se tornaram clássicas por seus argumentos que predominaram nos partidos e intelectuais de centro e esquerda no Chile até meados de 2000: Garretón; Moulián, 1983, p. 27-28; Valenzuela, 1989, p. 27; Garcés, 1991.

por cima e uma revolução por baixo” (WINN, 2004, p. 23), o que aprofundaremos neste ensaio.

Movimento operário e classe operária

Pretendemos averiguar se a totalidade da classe operária estava envolvida no processo histórico da Unidade Popular, qual era sua dinâmica com relação ao governo, e como classe e consciência de classe se articularam pela experiência ou costumes em comum. Segundo o cientista político Joan Garcés, a via político-institucional de acesso ao poder deveria contar com vários fatores. Entre eles, que a classe operária fosse poderosa numericamente e em termos de estrutura produtiva e que houvesse um movimento operário com alto nível de unidade e coesão interna (*IDEM, IBIDEM*, p. 40-41). Entretanto, essa relação não se cumpriu no caso estudado, já que somente um quarto da classe trabalhadora em nível nacional foi favorecida pelo programa da Unidade Popular, deixando 60% de trabalhadores – 1 milhão e 700 mil pessoas – fora do programa (*MIRES*, 1988, p.355).

Considerando o universo da classe trabalhadora – 2.165.947 trabalhadores segundo Cancino – isso se confirma, já que até 1970 existiam 20,6% de trabalhadores sindicalizados e este número chegou a 28,75% em 1972, menos de um terço dos trabalhadores chilenos (*CANCINO*, 1988, p.214);² 78,48% dos trabalhadores estavam fora da Unidade Popular, segundo os dados de Mires comparados aos de Cancino. Desta forma, é possível colocar em dúvida a viabilidade da via político-institucional da maneira sustentada por Garcés no caso chileno, porque a classe operária, ainda que fosse numerosa, 380 mil pessoas (*IDEM, IBIDEM*, p. 213)³, consistia em apenas um quinto da totalidade da classe trabalhadora.

2 20,6% = 446.185 pessoas; 28,75% = 622.709 pessoas.

3 Números obtidos da soma da força de trabalho dos operários no setor industrial, mineiro e da construção (*CANCINO*, 1988).

Quadro 1 – Número de greves entre 1964 e 1972

Ano	Número de Greves	Dias de greve no total	Total de participantes	Dias-homem perdidos no total
<i>Setor privado</i>				
1964	564	___	138.476	___
1969	977	275.425	972.382	___
1971	2.377	18.153	251.966	1.281.834
1972	2.474	11.097	262.105	1.177.186
<i>Setor público</i>				
1971	322	1.088	50.431	132.479
1972	815	2.881	135.037	476.965

Fonte: ANGELI (2002, p. 284)

Quadro 2 – Greves ilegais e legais entre 1971 e 1972

Período	Total de greves	Greves legais	Greves ilegais
1º semestre 1971	1.265	107 (8,5%)	1.158 (91,5%)
2º semestre 1971	1.444	71 (5,0%)	1.373 (95,0%)
1º semestre 1972	1.763	60 (3,4%)	1.703 (96,6%)

Fonte: CANCINO, 1988, p. 218.

É possível vislumbrar, a partir dos quadros 1 e 2, que o número de greves efetivamente aumenta entre 1971 e 1972, assim como o número de trabalhadores envolvidos, mas diminuem os dias de conflito. Considerando o ano de 1972, no qual os conflitos se deram com radicalidade, percebe-se que o governo da Unidade Popular busca uma solução mais rápida, para não entorpecer a “via pacífica ao

socialismo”. Isso se pode deduzir, também, do número e porcentagem das greves ilegais e, ainda que não se possa considerá-las como greves contrárias ao governo, é possível identificar sua posição contrária ao sistema laboral-patronal que regulava as relações de produção dentro das empresas e fábricas (ver Quadro 3). Os dados das greves ilegais têm relação direta, ainda, com a *burocratização* da Central Única de Trabalhadores (CUT), que fez com que a classe trabalhadora buscasse seus próprios mecanismos para lutar pelas suas reivindicações salariais ou pressionar pela intervenção das empresas. Assim afirma Cancino:

“Nesta relação, é registrada uma constante progressão das ações de ocupações das fábricas, desde o final da década de 1960. Em 1969, foram registradas 24; em 1970, 137; em 1971, 378; em 1972, 299 ocupações de fábrica, considerando, neste último ano, os dados somente até o fim do mês de maio” (CANCINO, 1988, p. 219).

Quadro 3 – Greves ilegais nos três setores (mineração, indústria e construção) e a porcentagem de total de greves em cada setor. 1971-1972

		Mineração	Indústria	Construção
1º semestre 1971	Greves ilegais	51	174	87
	Total greves	65	232	98
	% do total	78,5%	75%	88,8%
2º semestre 1971	Greves ilegais	54	214	133
	Total greves	60	241	137
	% do total	90%	88,8%	97%
1º semestre 1972	Greves ilegais	141	249	198
	Total greves	147	278	200
	% do total	96%	89,6%	99%

Fonte: CANCINO, 1988, p. 219.

Por último, ao analisar os dados das greves ilegais, nos deparamos – e isso é muito importante – com o fato de que o setor privado foi a vanguarda das greves, já que o setor público-estatal (área social) da classe operária estava em condição privilegiada (melhores salários,

melhores condições de contrato, seguros de doenças e melhores condições de negociação coletiva), enquanto a classe operária do setor privado, pequenas e médias empresas, estava excluída e discriminada dos benefícios da Unidade Popular, por conta da própria legislação trabalhista que separava os operários dos empregados. Por isso esse setor empreendeu mobilizações em defesa de seus interesses: “141 mil trabalhadores e empregados estavam trabalhando nas grandes empresas, 128 mil nas empresas médias e 51 mil nas pequenas” (MIREs, 1988, p. 354).

Classe, consciência e experiência

“As transformações revolucionárias que o país precisa somente se realizarão se o povo chileno tomar em suas mãos o poder para exercê-lo real e efetivamente” (CASTILLO, 2009, p. 77-78).

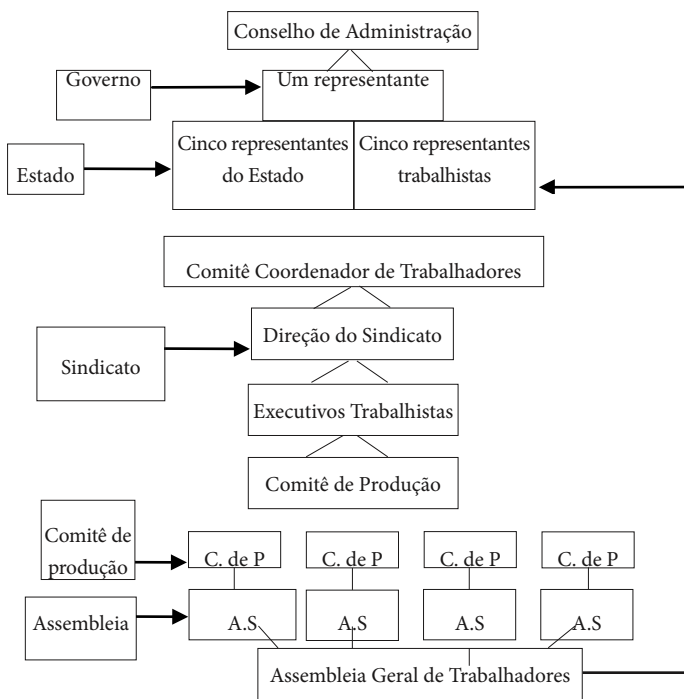
Estas palavras do programa da Unidade Popular foram assumidas pela classe trabalhadora, imprimindo uma dinâmica de “revolução por baixo” ao processo histórico que se vivia, e incentivando da mais simples solidariedade de classes nas suas reivindicações, seja por casa ou terra, até o controle operário das fábricas e empresas.

O desenvolvimento do movimento operário estava mediado pela divisão em áreas de economia, segundo o programa da Unidade Popular, o qual estabelecia três áreas de propriedade: uma social, mista e privada, sendo esta última resguardada de qualquer tentativa de expropriação. A classe operária foi separada por critérios economicistas, e foram privilegiadas as 91 empresas consideradas monopólios estratégicos, as quais deviam ser expropriadas e transformadas em propriedade social, com a justificativa de serem o “motor dinamizador do grande processo de desenvolvimento do Chile” (CANCINO, 1988, p. 220). Desta forma, é possível entender o número de greves ilegais no

setor privado da produção, já que a classe operária deste setor buscava participar de um processo do qual estava sendo excluída. Assim, podemos julgar que a mobilização destes trabalhadores teria ampliado as áreas de propriedade social e ameaçado a propriedade privada das pequenas e médias empresas que o governo Allende não queria tocar.

As diferentes formas de consciência da classe operária e o nível de sua mobilização se refletiu nos diferentes perfis de organização adotados nas várias áreas de propriedade. Para as áreas de propriedade social e mista, a participação dos trabalhadores ocorria na forma apresentada pelo Organograma 1

Organograma 1 - Estrutura de participação dos trabalhadores na Área social e mista



Fonte: CANCINO, 1988, p. 219.

Essa estrutura de participação foi a base do acordo entre CUT e governo para que os trabalhadores das empresas de propriedade social e mista (com maioria estatal) pudessem concretizar efetivamente o programa da Unidade Popular, que exigia que eles *exercessem o poder*. Entretanto, a mesma estrutura não permitia a iniciativa a partir da base trabalhadora, já que esta se fazia presente apenas em organismos consultivos e assessores mantendo o governo a maioria nos órgãos deliberativos. A Unidade Popular teve uma “fixação superestrutural” na máquina do Estado, mas o controle total deste estava condicionado pela relação de forças existente. Essa fixação dificultou, de alguma maneira, a capacidade do governo atrair as classes trabalhadoras para seu projeto, impedindo de fato o real exercício da democracia operária nas organizações populares e a constituição de forças *contra-hegemônicas*. Isso torna compreensíveis as recorrentes críticas de burocratização deste modelo de participação dos trabalhadores. A *estadolatria* inibiu a presença dos trabalhadores na gestão da economia e bloqueou o desenvolvimento do poder da classe trabalhadora.

Na área de propriedade privada, a participação dos trabalhadores era totalmente difusa. Apesar de a CUT convocar os trabalhadores deste setor a criar comitês de vigilância da produção, não havia uma especificação das tarefas ou exercício do poder que estes realmente deviam realizar. Neste sentido, os trabalhadores das áreas privadas tomaram em suas mãos as palavras da CUT e se sobrepuseram ao papel reduzido que tinham dentro do programa da Unidade Popular, já que passaram a enfrentar o sistema de alianças pluriclassista que a Unidade Popular queria manter. A CUT dizia que “a participação dos trabalhadores significa romper a estrutura de poder que existia nas empresas capitalistas. Significa transferir a capacidade de decidir nas fábricas, nas indústrias, nos serviços, para as mãos da classe trabalhadora” (CASTILLO, 2009, p. 80). Estas palavras serviam para os trabalhadores das áreas de propriedade social, mas a classe operária do setor privado, a maioria do operariado, não quis ficar para trás e tomou o protagonismo no exercício da luta e da defesa de reivindicações econômicas e políticas. Do ponto de vista estratégico, da localização

do sujeito da transformação social, eles se apropriaram do discurso revolucionário neste momento. A consciência de classe se forjou na experiência das lutas cotidianas. Assim mencionam, por exemplo, os trabalhadores da empresa Yarur, indústria privada de algodão chilena:

“Se vem o governo e diz ‘a partir de hoje não, a Yarur não ficará aqui’, automaticamente as pessoas interpretariam isso como uma mudança de patrão. Mas, se por outro lado, nós tomamos a empresa e os trabalhadores exigem que a Yarur não volte mais, aí é muito diferente, por que sentimos que estamos participando de todo esse processo revolucionário” (WINN, 2004, p. 231-232).

Aqui tem sentido o que assinala Winn sobre quem liderava o processo revolucionário, se era a “revolução por baixo” ou o que chamamos de “reformismo por cima”, “se o processo revolucionário chileno era realizado *pelos* trabalhadores, ou meramente *para* os trabalhadores” (IDEM, IBIDEM, p. 235. Grifos no original). Neste sentido, a classe operária surgiu como um fenômeno histórico dentro de uma situação histórica concreta, resultado de experiências em comum que forjaram uma identidade e articularam uma solidariedade de classe por interesses em comum, os quais são diferentes e opostos a outras classes (THOMPSON, 1989, p. XIII-XIV).

A fábrica criou uma comunidade de classe como fonte de valores e identidade que construirá uma consciência de classe a partir dos *costumes em comum* no processo da Unidade Popular, o que teria reforçado por uma cultura política de esquerda nas novas gerações, as quais constituíram os cordões industriais sob uma linguagem de classe e experiência em comum para a ação. Em síntese, foi a classe operária do setor privado a mais dinâmica no exercício efetivo do poder e, portanto, na construção da maior quantidade de mobilizações e greves, com vistas a participar de um projeto socialista que não incluía todos os trabalhadores. Não por acaso, a constituição dos cordões

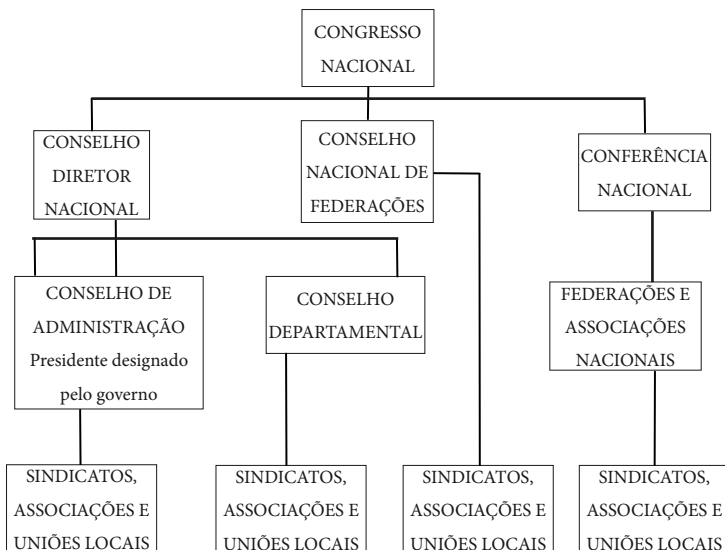
industriais foi baseada numa rede de fábricas e empresas privadas que se agruparam na defesa de seus interesses.

A CUT, os cordões industriais e o controle operário da produção

“Através de um proceso de democratização em todos os níveis e de uma mobilização organizada das massas, se construirá, desde a base, a nova estrutura de poder” (PROGRAMA, 1969). Com essas palavras se compreendia a participação dos trabalhadores, ou seja, a democratização das estruturas e organizações da classe trabalhadora no programa de governo da Unidade Popular.

Na tradição do movimento operário, a luta econômica se mesclava com o caráter político, explícita na oposição ou no apoio a determinado governo, principalmente na orientação da central sindical, a CUT. Por conta da eleição de Allende para presidente, a classe trabalhadora passou a ver este como *seu* governo, ainda mais depois da incorporação de ministros operários ao gabinete. Buscando a raiz de fundo desta “revolução por baixo”, percebe-se que se deve tanto às transformações econômicas, sociais e políticas a partir do Estado, quanto ao próprio discurso da esquerda que fez eco em um setor minoritário numericamente, mas mais dinâmico, da classe trabalhadora.

Organograma 2 – Estrutura orgânica da CUT (1953-1962)



Fonte: CASTILLO, 2009, p. 127.

O Organograma 2 mostra a forma histórica de organização da classe trabalhadora na CUT, a qual não sofreu maiores reformas, a não ser a implementação do sufrágio universal de todos os trabalhadores para escolha de seus dirigentes sindicais. Dependendo da co-tização, a eleição de determinados dirigentes podia permitir maior combatividade ou mais passividade à classe, ainda que sempre tenha predominado o critério partidário, e não o classista. A estrutura sindical se mostrou imobilizada na conjuntura da paralisação patronal de outubro de 1972, não podendo responder à dinâmica territorial de enfrentamento à greve patronal.

A paralisação de outubro de 1972 encontrou a correlação de forças favorável à classe dominante, que podia parar o país em seu ponto nevrálgico, o abastecimento de alimentos e matérias primas para a produção industrial. Entretanto, essa classe não esperava que os

trabalhadores se organizariam para fazer frente ao *lockout* a partir de suas próprias áreas produtivas, os territórios. Essa foi uma deficiência central na estrutura sindical da CUT, pois não ter uma concepção de *poder territorial* a fazia depender das estruturais provinciais ou regionais e era incapaz de alcançar problemas concretos de seus afiliados nas estruturas fabris. A isso se soma o fato de que a unidade dos trabalhadores por federações e confederações por setor da produção em nível nacional não ajudou a enfrentar a ofensiva patronal, já que por mais que houvesse planos nacionais de luta por setor da produção, estes tinham que se adequar às condições geográficas territoriais nas quais estavam inseridos os trabalhadores em seus lugares de trabalho. Assim se compreende o surgimento dos cordões industriais onde efetivamente um setor da classe operária viu um deslocamento da política institucional a um cenário onde a luta de classes se tornou mais concreta. Portanto, não puderam ficar neutros e empreenderam as ocupações de fábricas e empresas para defender seus postos de trabalho e, sobretudo, o *seu* governo.

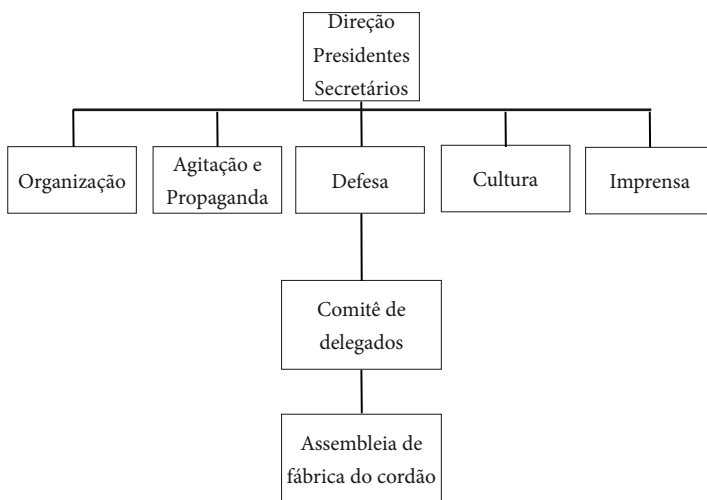
A organização foi gerando costumes em comum dentro da classe trabalhadora e desenvolveu aspectos particulares em sua forma de se estruturar e organizar essa classe. O Comando de Trabalhadores Cerrillos-Maipú foi resultado da unificação dos sindicatos Perlak, American Screw, Fensa, Polycron e El Mono, com objetivo de converter a área de propriedade privada em área de propriedade social. Seu nascimento combinava uma estrutura de oportunidades políticas através da qual Cerrillos-Maipú correspondia a uma área periférica com operários, povoados e camponeses em um só território, o que gerava uma unidade de ação na luta, mais ainda quando esses setores se mobilizaram por reivindicações concretas (cf. CANCINO, 1988, p. 299-300): “Existiam 250 empresas industriais de diferentes linhas de produção, como têxtil, linha branca, alimentícia de conservas, que empregavam 46 mil pessoas” (*IDEM, IBIDEM*, p. 316n).

Cancino afirma que só 20% das greves em Maipú-Cerrillos, de 9% do total de greves em Santiago neste setor, eram contra a patronal e pela passagem das suas empresas para área de propriedade social

(IDEM, IBIDEM, p. 299-300). Por isso, pode-se sustentar que a classe operária, em sua grande maioria, tinha uma consciência economicista durante o primeiro semestre de 1972, e que só um quinto desta estava no ritmo da compreensão política de um processo de “revolução por baixo”. O interessante a ser destacado é que essa minoria exerceu influência sobre a maioria, por meio de sua atividade de articular e coordenar a experiência dos cordões industriais, que rompia a tendência ao corporativismo do sindicalismo no sentido de uma nascente autonomia classista.

A reação à paralisação patronal e as experiências comuns que se desenvolveram nesse contexto deram um maior dinamismo à classe trabalhadora do setor privado e criaram as condições nas quais esta construiu os cordões industriais. Os traços e as particularidades da ação direta ou coletiva da classe operária foram determinantes na experiência de poder que exerceu um setor da classe. Se observarmos o seguinte Organograma 3, poderemos analisar e compará-lo com a estrutura histórica da CUT.

Organograma 3 – Estrutura de um cordão industrial



Como podemos ver, a estrutura do cordão industrial é mais acessível aos trabalhadores, já que buscou no *território* a unidade de ação dos trabalhadores de acordo com seus diferentes setores da produção, não estando presos a suas organizações nacionais nem ao caráter corporativista da estrutura da CUT. Quando a luta de classes se tornou mais aguda com a paralisação patronal, a coordenação da classe operária utilizou repertórios de ação coletiva, como a unidade de ação para unificar a classe, sem distinção “ideológica”; a *barricada* tornou o exercício do poder territorial uma forma de pressão sobre o governo para controlar as áreas de entrada e saída do fluxo de capital; e a ocupação de empresas e fábricas se converteu em uma forma de transposição da área para propriedade social.

Nos cordões, a assembleia de fábrica era a instância máxima de decisão democrática, na qual o exercício da democracia direta delegava mandatos revogáveis, tornando mais livres as resoluções votadas. Ainda que, com frequência, se repetissem os mesmos dirigentes sindicais nos mandatos estes podiam ser revogados e a revogabilidade era exercida a cada dois meses. A unidade de ação entre a experiência de classe e a consciência de classe criou novas formas de *socialização popular* dentro da classe operária, formas mais dinâmicas, democráticas e que recuperavam a *independência de classe* ou autonomia político-sindical perdida pela CUT – cuja estrutura organizacional se tornara obsoleta devido a essas novas articulações/coordenações dos trabalhadores (CASTILLO, 2009, p.18). Estas eram centros de formulação das táticas políticas a serem seguidas para defender o governo da Unidade Popular, ainda que não sem um apoio crítico, devido a entrega das empresas privadas à Área de Propriedad Social (APS). A legitimidade de um cordão industrial dependia de sua capacidade para assumir responsabilidades e atividades que nem o governo nem a CUT davam conta, como foi o abastecimento direto da produção à população e sua defesa perante a sabotagem patronal.

Na discussão sobre o caráter espontâneo ou acumulativo dos cordões, Gaudichaud, Castillo e Cancino evidenciam estes como um

movimento surgido das bases, que adquiriu em um processo acumulativo a experiência de luta pela integração dos trabalhadores. Do espontâneo surgiu o embrionário quando a experiência se articulou com a consciência de classe, daí a radicalidade da jovem geração operária que estruturava os cordões industriais como exercício da “revolução por baixo”. Os jovens trabalhadores se sentiram participantes do “caminho para o socialismo”, quiseram ser parte de um processo no qual viam a possibilidade de adquirir direitos, a expectativa de aumentos de salários e o estímulo à participação nas empresas. Muitos pretendiam, assim, que as fábricas nas quais trabalhavam passassem à área de propriedade social, aprofundando e ampliando a “via chilena ao socialismo”.

Por último, e de se perguntar se os cordões industriais efetivamente exerceram o controle operário ou não. Devemos recordar que nas áreas de propriedade social havia 56% de Comitês de Administração, enquanto que nas áreas de propriedade privada existiam os comitês de vigilância da produção. Castillo (2009) não define de modo preciso o que seria o controle operário, mas o associa ao controle material, ou à ocupação da fábrica pelos trabalhadores e à experiência de fazê-la funcionar quando os setores patronais tentaram provocar a paralisação das indústrias. Cancino (1988) aborda o tema a partir do estudo da área de propriedade privada para assinalar que não houve controle operário, porque os trabalhadores não exerceram o controle mencionado, já que se o tivessem feito se trataria de uma clara manifestação em direção à emancipação/autonomia da classe trabalhadora. Contudo, se contradiz quando assinala que de *fato* os cordões exerceram algum controle operário após a paralisação de outubro.

A consulta a autores “clássicos” oferece uma concepção de controle operário da produção. Trotsky afirmava que os primeiros objetivos do controle operário consistiriam em esclarecer quais são os ganhos e os gastos da sociedade, começando pela empresa isolada; e em determinar a verdadeira parte do capitalismo isolado e dos capitalistas no conjunto da renda nacional. Somente os comitês de fábrica podem assegurar um verdadeiro controle sobre a produção, chamando em sua ajuda, como conselheiros e não como tecnocratas, os especialistas

honestos e próximos ao povo: contadores, estatísticos, engenheiros, sábios, etc. (TROTSKY, 1996, p. 8-9).

Trotsky enfatizava que o controle operário implicaria na abertura dos livros-caixa das empresas pelos trabalhadores, ou seja, que a própria classe assumisse a tarefa de realizar a contabilidade das empresas com o intuito de abolir o segredo comercial e planificar a produção. Destacava o caráter de “conselheiros” dos técnicos do Estado, o que fez com que o autor enfatizasse na maioria operária o direito a veto e o poder das decisões nos comitês de fábrica. A realidade na Unidade Popular destoou deste ideal, pois a tecnocracia teve maioria sobre os trabalhadores. Ainda assim, baseando-nos na experiência de Yarur e na adaptação da classe operária da área privada ao acordo entre CUT e governo a respeito da participação, o controle operário da produção se exerceu, como afirma Winn, como uma “democratização da produção” e “distribuição compensatória” (WINN, 2004, p. 288), seja para as empresas da APS ou para as que haviam passado por intervenção.

Não é possível concordar com Cancino (1988) quando afirma que o controle operário só existe quando se coloca como um novo poder. A “revolução por baixo” chilena desenvolveu o exercício de controlar a produção, ainda que sem maioria operária e sem direito a veto, e não sem problemas. É possível perceber, além disso, o nascimento de disputas nos Conselhos de Administração, entre “democracia participativa” e “democracia direta” dos trabalhadores. O Estado assumiu as funções de gerente “socialista” e impôs sua maioria com base no modo de produção capitalista vigente e, ainda que a maioria da classe trabalhadora não estivesse integrada à vida política há muito, a experiência gerou formas embrionárias de poder dual, que em sua primeira fase apoiaram o governo para evitar o desabastecimento e o *lockout*.

Cordões industriais e dualidade de poderes

Para identificar a concepção de poder popular que prevaleceu no setor da classe operária mais radicalizada, é necessário analisar o

contexto em que os partidos operários populares de esquerda se convertem em referências para os sindicatos e organizações populares. Como menciona Angell, a Unidade Popular mudou o clima da vida pública, pois a filiação partidária passou a ser considerada como uma posição na *luta de classes* (ANGELL, 2002, p. 279). Uma análise das concepções de poder popular presentes nas organizações da esquerda chilena pode ajudar a compreender aspectos do seu desenvolvimento.

Para o Partido Socialista (PS), os organismos do poder popular, segundo as palavras de Altamirano, se tratava “de organismos opostos ao poder burguês, não ao governo (...) eles são organismos que nasceram independentes do governo, mas não contra ele” (apud CANCINO, 2009, p. 326). Em outras palavras, uma formulação eclética que fazia com que as diversas frações nacionais e organizações regionais do PS reproduzissem a mesma ambiguidade em suas definições. Assim observamos nos trabalhadores socialistas:

“O presidente do *Cordón San Joaquín*, Victor Muñoz, (...) admitia que no Chile estava ‘surgindo um poder dual (...) irá se enfrentar com a burguesia’. A partir desta tese, o dirigente operário reconhecia que ‘já não se podia falar de uma transição pacífica ao socialismo’ – e completava – ‘hoje em dia, para mim, está descartada essa possibilidade’. *Por outro lado, nunca pensara que fosse possível ‘uma via chilena ao socialismo’*. Muñoz reconhecia que em agosto de 1973, a situação de dualidade de poderes não existia e que era preciso criá-la ‘gerando-a desde sua própria base’ Finalmente, o presidente do *Cordón San Joaquín* oferecia sua leitura de uma situação de dualidade de poderes e de ruptura institucional (...): ‘*Essa dualidade vai ser colocada explicitamente quando o antagonismo chegar a tal ponto que exista uma quebra da institucionalidade burguesa e cada classe antagonica busque ou tenha que alcançar o controle geográfico de determinadas zonas, que signifique um controle político definitivo; e se fixe como objetivo ganhar aquelas regiões que estão sobre o controle do setor antagonico*’ (IDEM, IBIDEM, p. 374. Grifos no original).

Alguns socialistas consideravam o poder popular não como um órgão de oposição ao governo, e sim um poder dual contra a burguesia; outros como um poder dual que complementaria as funções do governo. Para o Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), por outro lado, a concepção de poder popular deveria se estruturar, segundo Miguel Enríquez, como

“poder independente do governo atual, como poder autônomo (...). O povo precisa conquistar o poder, *tomar o poder da burguesia e destruir o Estado burguês*; e, então, o povo precisa construir um novo aparelho, seu próprio aparelho; este não pode ser construído dentro do Estado burguês, somente autônomo a ele” (*IDEM IBIDEM*, p. 425n. Grifos no original).

Esta forma mais radicalizada do poder popular, como um poder alternativo ao Estado liberal-burguês, e não somente ao governo, estava sujeita ao “apoio crítico” à Unidade Popular por parte do MIR, e tornava difícil, também para esta organização, afirmar o exercício de poder da classe operária, mesmo que o estado liberal-burguês continuasse sendo o inimigo predominante.

Das concepções de poder popular apresentadas, se pode desprender que em seu exercício haverá uma constante dicotomia entre uma “revolução por baixo”, como a tomada do poder por meio da insurreição, e um “reformismo pelo alto”, que converteria o poder popular em exercício de democratização das instituições liberal-burguesas. Durante o processo da Unidade Popular, a classe trabalhadora, em sua grande maioria, sustentou uma consciência contraditória ou dupla que, por um lado, foi incapaz de romper completamente com a institucionalidade liberal-burguesa, e por outro buscou a configuração frágil de uma práxis direcionada à transformação social por meio da revolução. Politicamente essa consciência contraditória se expressou em uma concepção limitada de poder popular, pois os partidos operários-populares, em sua maioria, não tinham clareza sobre como

tomar e exercer esse poder, para além das frases propagandísticas. Esta concepção limitada se caracterizava

“Pela essência do termo, efervescência política significa o realinhamento, a oscilação entre dois pólos – o marxismo e o reformismo. No terreno da teoria, o centrismo é amorfo e eclético; sempre que é possível, alude às obrigações teóricas e tende (ao menos formalmente) a privilegiar a ‘prática revolucionária’ sobre a teoria, sem compreender que apenas a teoria marxista pode estabelecer uma orientação revolucionária para a prática” (TROTSKY, 1934).

Em outras palavras, como afirma Mires, “possivelmente a característica mais comum a todos os partidos da esquerda chilena era a contradição aberta entre o que eram e o que queriam ser” (MIREs, 1988, p. 348). A adesão ao Estado e o discurso revolucionário dos partidos da Unidade Popular originariam em muitos militantes de esquerda uma estranha ideologia na qual se misturava a ideia leninista do assalto ao poder com a fidelidade mais estrita às instituições governamentais.

Entre os setores populares surgiam algumas organizações autônomas, mas a heterogênea esquerda não era capaz de definir nem seu caráter nem seu sentido. Assim, os “cordões”, os “conselhos”, os “comandos”, as “assembleias populares”, os “comitês coordenadores” eram entendidos às vezes como simples prolongamentos da CUT e dos sindicatos, e outras vezes como “órgãos alternativos de poder popular” (IDEM, *IBIDEM*, p. 350 e 367).

A relação contraditória entre o governo de Allende e as frações mais organizadas do movimento operário, permitiu que o processo avançasse, que a área de propriedade social prevista somente para 91 empresas abarcasse mais de 200, mas também o peso do legalismo da maioria da esquerda explica porque os militantes da Unidade Popular buscaram manter o “poder popular” sob a proteção e o controle da administração estatal (GAUDICHAUD, 2005, p. 103).

A trajetória do debate sobre a problemática do poder popular em seus diferentes momentos mostrou a formulação conceituais dissimiles e matizadas. Elas se inscreviam em distintas compreensões da estratégia em direção ao socialismo, diferentes diagnósticos e em distintas posições e papéis no processo dos atores envolvidos no debate e na construção do poder popular (CANCINO, 1988, p. 380).

Neste sentido, sustentamos que a “via chilena ao socialismo” corresponde a uma corrente de pensamento próxima ao austro-marxismo, pois o discurso a Unidade Popular combinou o ideal de democracia representativa parlamentar com democracia direta ou de conselhos, e na qual o regime democrático liberal (burguês) foi conseguido pelas lutas populares, e não como dádiva da “burguesia” (IDEM, *IBIDEM*, p. 88). A combinação austro-marxista do projeto da Unidade Popular gerou uma eclética consciência contraditória da classe trabalhadora, motivo pelo qual muitas das ações políticas estavam repletas de indefinições, zonas difusas e dúvidas sobre como encarar a “revolução por baixo”. O projeto austro-marxista da Unidade Popular colocou em evidência as diferenças entre o que se conquista pela luta e o que se conquista pela reforma. Ambas partem da base da *hegemonia* que mantém a classe dominante sobre as classes populares e, portanto, potencializam o *gradualismo*, ainda que esta seja um processo contraditório, pois o que foi conquistado com a luta pode avançar até o *maximalismo*, como uma “revolução por baixo” que enfrenta o “reformismo pelo alto” do Estado liberal-burguês e o próprio governo Allende, que tentou controlar o processo revolucionário vivido por um setor da classe operária.

Os partidos operários e populares, em seu eclétismo, fizeram com que a conceitualização do poder popular permeasse a confrontação dos cordões industriais e de sua práxis. Assim, para o Partido Comunista, de linha mais reformista, estes deviam se subordinar à CUT, perdendo sua independência de classe, e não questionar o poder do governo (IDEM, *IBIDEM*, p. 376). Para o Partido Socialista, levando em consideração suas diferentes frações, os cordões industriais eram um embrião de Estado socialista deveriam estar unificados, dentro

dos comandos comunais de trabalhadores, os quais não se opunham governo, mas sim à institucionalidade. Para o MIR eram uma “deformação ou desvio obrerista”, pois separavam a classe operária do resto da classe trabalhadora e, portanto, não seriam órgãos de poder. Aos cordões o MIR contrapunha sua proposta de comandos comunais de trabalhadores concebidos como aliança entre as classes populares, os quais por serem mais politizados criariam a dualidade de poderes. Desta forma, vemos que para os partidos operários e populares, vistos positiva ou negativamente, os cordões não eram organismos de poder dual, mas sim órgãos complementares à CUT. Assim afirmava a declaração da Coordenação Provincial dos Cordões Industriais, em 27 de julho de 1973, sobre o papel dos cordões:

“Em nenhuma dos casos se colocam como paralelos à CUT, mas a reconhecem como a máxima organização dos trabalhadores chilenos em nível nacional. É por isso que a Coordenação Provincial dos Cordões não nasce como organismo provincial paralelo à CUT, nem pretende assumir a direção da classe operária na província, mas surge como produto da necessidade de coordenar a luta dos cordões industriais, aproveitar a experiência dos mais antigos na criação, formação e desenvolvimento de novos cordões” (CASTILLO, 2009, p. 214).

Mas o caráter dos cordões industriais e a maneira de construir a dualidade de poderes para uma insurreição eram questões em aberto. Diversos autores analisaram o que foram os cordões industriais, mas de maneira geral estes se dividem em duas posições. Uma afirma que eram organizações classistas de caráter sindicalista revolucionário, de pressão e defesa de *seu* governo (CANCINO, 1988, p. 369-370), e outra que enfatiza que foram organizações que substituíram os sindicatos por organizações de caráter político (CASTILLO, 2009, p. 170-171). Concordamos com essa última posição, pois o exercício do poder dos cordões industriais, embrionário e parcial, de um setor da classe

operária, teve mais características *políticas* do que sindicais, com uma estrutura mais dinâmica e democrática que a sindical. Apesar do sentimento de complementaridade em relação à CUT, suas plataformas reivindicativas apontavam para uma dimensão política mais ampla. Combinava a luta sindical e política, predominando esta última, o que conferia aos cordões uma forma de *frente única operária*, ou seja, a unificação programática da classe operária com características defensivas. Assim afirma a plataforma de constituição do *Cordón Cerrillos-Maipú*:

“1. Apoiar o governo e o presidente Allende *na medida em que este defenda as lutas e mobilizações dos trabalhadores*. 2. A expropriação das empresas monopolistas, as de valor superior à 14 milhões de escudos, as estratégicas, as de capital estrangeiro e as que boicotaram a produção e não cumprem com seus compromissos trabalhistas. 3. *Controle operário da produção através de delegados revogáveis pela base*, em todas as indústrias, propriedades, minas, etc. 4. Reajuste dos salários. 5. Repúdio aos patrões e à burguesia refugiada no Poder Judiciário, na Controladoria e na burocracia do Estado. (...) 12. *Instauração da Assembleia Popular, em substituição ao Parlamento burguês*” (CANCINO, 1988, p. 302. Grifos no original)

Aqui encontramos um ponto chave sobre a consciência contraditória. Objetivamente os cordões atuaram como frente única operária que ocupou parcelas de poder no controle territorial de suas áreas e exerceu o controle operário da produção, portanto concordamos parcialmente com Gaudchaud quando este afirma que houve uma *dualização* do poder, entre um Estado que parece paralisado e uma fração da classe operária que toma parte do poder em suas mãos. (GAUDCHAUD, 2005, p. 95).

Preferimos enfatizar o caráter *embrionário* de poder dual dos cordões industriais, mais ainda quando depois do *Tanquetazo*, em 29 de junho de 1973, as mobilizações se radicalizaram, a ponto de questionar as vacilações de Allende e seus constantes esforços em aliar-se

com a Democracia Cristã e não com o conjunto da classe trabalhadora, que os levou a buscar que o poder popular fosse autônomo ao governo (CASTILLO, 2009, p. 259).

Sustentamos que não se desenvolveu uma dualidade de poderes porque a maioria da classe operária seguia apegada ao legalismo, e não havia uma considerável parte desta tomando o controle do estado. Assinalamos, então, a *embrionização* a partir de onde começaria a possibilidade de uma dualidade de poderes, mas que devido ao “apoio crítico” da classe operária e dos cordões ao governo, oscilava a consciência contraditória da classe trabalhadora e, além disso, potencializava o reformismo no movimento popular, havendo uma constante dúvida expressa “*na medida em que caiba aos trabalhadores*”. Se temos que assinalar a subjetividade política, é possível dizer que, apesar de objetivamente os cordões industriais e a “revolução por baixo” lutarem contra o “reformismo pelo alto”, subjetivamente a maioria da classe operária sentia que aquele era *seu* governo, o que gerava um problema de identidade de classe e militância política para os trabalhadores: seguir o programa da Unidade Popular ou criar o poder popular?

A particularidade do processo revolucionário chileno era que os embriões do poder dual se desenvolveram *no* Estado e não *fora* dele. O reformismo e o ecletismo levaram à existência de uma hegemonia do gradualismo na maioria da classe trabalhadora e ao predomínio de uma consciência confusa. Isso se comprova nas eleições para o Conselho Diretor Nacional da CUT, de maio de 1972, onde os setores conservadores do movimento operário tinham 57,22% dos dirigentes sindicais (devido à fusão entre o Partido Comunista e a Democracia Cristã). Os setores radicais, salvo o MIR (1,81%), não podem ser contabilizados, já que os votos da oposição sindical (26,44%) não especificam de que frações eram seus dirigentes. E mesmo que tomássemos todos os votos do PS e do MIR, assim como de setores que buscavam romper, isso daria um terço de dirigentes sindicais. Assim, foi potencializado o gradualismo, sem ser capaz de projetar uma aberta

ruptura revolucionária, a edificação de uma nova hegemonia dentro do conjunto da classe trabalhadora (CANCINO, 1988, p. 216).

Em síntese, a dinâmica do processo revolucionário chileno se deu pela experiência de uma franja da classe operária, que disputou espaços de poder com a classe dominante, exercendo costumes em comum que socializaram as classes populares na ideia de que uma “via chilena ao socialismo” era possível de ser alcançada, ainda que com uma consciência contraditória.

Apontamentos finais

O erro fundamental da Unidade Popular foi não incorporar a maioria da classe trabalhadora a seu projeto. Neste sentido, a “revolução por baixo” não conseguiu uma hegemonia que permitisse que ela formasse um novo bloco histórico, porque o projeto de socialismo era “reformista por cima”, discriminava, excluía e impunha uma visão unilinear e disciplinada da ação dos movimentos sociais.

Segundo os dados apresentados e analisados, a participação real da classe trabalhadora na Unidade Popular corresponderia entre um quarto e um quinto da totalidade desta, sendo a classe operária do setor privado a mais dinâmica, a que deu força, coragem e sentimento ao triunfo da “revolução por baixo”.

A classe e a consciência de classe se desenvolveram num contexto histórico-político no qual se articulou a experiência com o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade popular, e novas organizações mais democráticas e representativas, exercendo-se efetivamente um controle operário da produção, ainda que parcial, pois não tinha a maioria operária e nem o direito a veto, mas que se expressou efetivamente na “democratização da produção” e na “distribuição compensatória” para a classe trabalhadora.

Os cordões industriais foram organismos de frente única operária, e não *soviets*, que pleitearam formas *embrionárias* de poder dual, porque este não existiu durante a Unidade Popular, já que o poder

popular foi catalogado como defensivo e de apoio ao “governo dos trabalhadores”. Contudo, seu caráter embrionário podia dar passagem a um poder dual, e assim à revolução social, e por isso a tragédia chilena foi desarticular a potencial insurreição social da classe trabalhadora.

Apesar de que um setor da classe trabalhadora ter vivido um processo de “revolução por baixo”, os números não indicam que o resto da classe permaneceu inativo. A adesão a um projeto socialista, seja a “via chilena ao socialismo” ou a “revolução por baixo” dos cordões industriais, supera a análise aritmética. A subjetividade política durante a Unidade Popular imprimiu de desejos, ansiedades, dúvidas, discursos e ações carregadas de emotividade por serem participantes da História, por tomar e exercer o poder. O caráter algebrico da “revolução por baixo” foi condicionado pelos limitantes centristas.

A reflexão a se desenvolver é aproveitar os momentos decisivos ou deixar-se levar pela confusão, já que se o que se buscava era realizar um novo bloco histórico, o *realismo político*, apesar de ser minoria numérica, tinha um papel central. Mas isso seria fazer história do que não aconteceu.

Referências Bibliográficas

- ANGELL Alan. Chile, 1958- 1990. In: BETHELL, L. *Historia de América Latina*. El cono Sur desde 1930. Barcelona: Editorial Crítica, 2002. v. 15.
- CANCINO, Hugo. *Chile*. La problemática del poder popular en el proceso de la vía chilena al socialismo 1970-1973. Denmark: Aarhus University Press, 1988.
- CASTILLO, Sandra. *Cordones Industriales*. Nuevas formas de sociabilidad obrera y organización política popular (Chile 1970-1973). Concepción: Ediciones Escaparate, 2009.
- GARCÉS, Joan. *Allende y la experiencia chilena*. Las armas de la política. Santiago de Chile: Ediciones BAT, 1991.

- GARRETÓN, Manuel A.; MOULIÁN, Tomás. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago de Chile: Ediciones Minga, 1983.
- GAUDICHAUD, Franck. Construyendo “Poder Popular”: El movimiento sindical, la CUT y las luchas obreras en el período de la Unidad Popular. In: PINTO, Julio (org.). *Cuando hicimos historia*. La experiencia de la Unidad Popular. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2005, p. 81-105.
- MIRES, Fernando. *La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México, D.F.: Ediciones Siglo XXI, 1988.
- PROGRAMA de la Unidad Popular. 1969. Disponível em: http://www.salvador-allende.cl/Unidad_Popular/programaup.pdf.
- THOMPSON, E. P. *La formación de la clase obrera en Inglaterra*. Tomo I. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- _____. *Costumbres en común*. Barcelona: Editorial Crítica, 1995.
- TROTSKY, León. *Programa de Transición*. La agonía del capitalismo y la tarea de la IV Internacional. Santiago de Chile: Ediciones Combate, 1996.
- _____. El centrismo y la Cuarta Internacional. *The Militant*, 17 mar. 1934. (Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro3/html/T05V211.htm>).
- VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago de Chile: FLACSO, 1989.
- WINN, Peter. *Tejedores de la revolución*. Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2004.